



**Correio Manhã**

30-03-2019

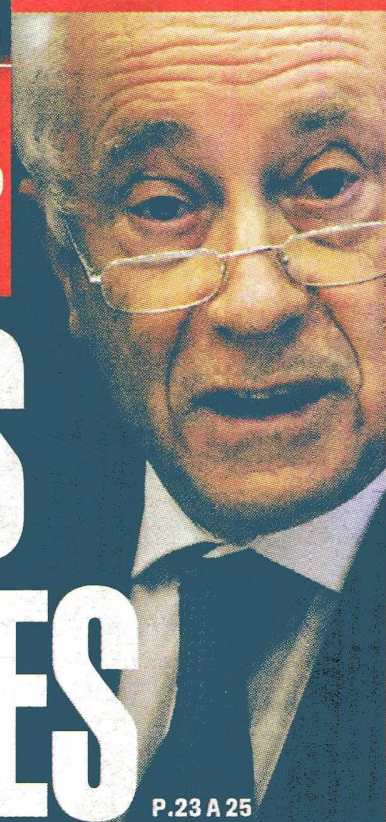
**Periodicidade:** Diário  
**Classe:** Informação Geral  
**Âmbito:** Nacional  
**Tiragem:** 115581

**Temática:** Banca/Seguros  
**Dimensão:** 3320 cm<sup>2</sup>  
**Imagem:** S/Cor  
**Página (s):** 1/23 a 25

# DEU AVAL A 857 MILHÕES PARA OFFSHORES

**INVESTIGAÇÃO**

**GOVERNADOR  
PARTICIPOU  
NO FINANCIAMENTO  
DE ESQUEMA  
DE AÇÕES DO BCP**



P.23 A 25

➤ **EMPRÉSTIMOS** a 17 sociedades nas ilhas Caimão e 4 de um acionista | ➤ **INSTRUTOR** de processo do Banco de Portugal contradiz Carlos Costa

cm

# INVESTIGAÇÃO

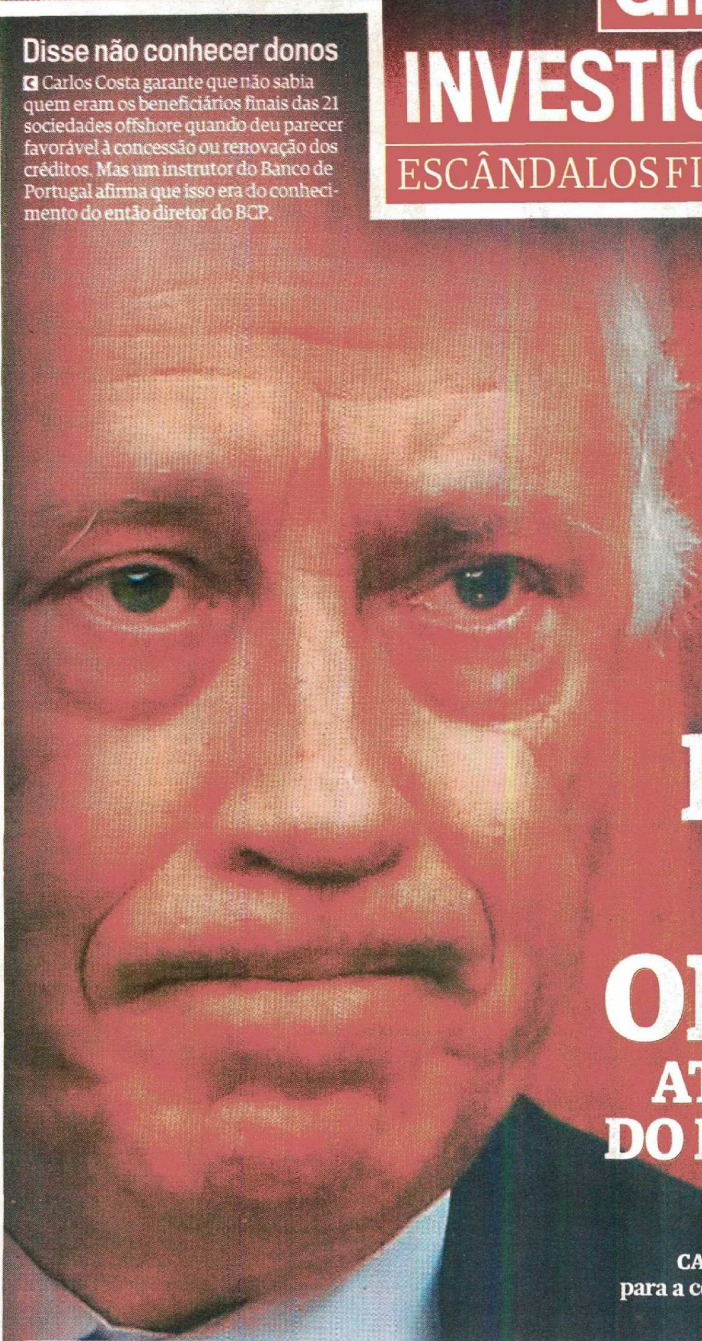
## ESCÂNDALOS FINANCEIROS

### Disse não conhecer donos

Carlos Costa garante que não sabia quem eram os beneficiários finais das 21 sociedades offshore quando deu parecer favorável à concessão ou renovação dos créditos. Mas um instrutor do Banco de Portugal afirma que isso era do conhecimento do então diretor do BCP.

### Compra monte a Vara

O atual governador do Banco de Portugal comprou um monte a Armando Vara, em 2007. Dada a polémica sobre a CGD, o negócio foi um dos assuntos com que Carlos Costa foi confrontado na audição da comissão de inquérito parlamentar à CGD, na última quarta-feira.



# 857

## MILHÕES

### PARA

# OFFSHORES

## ATUAL GOVERNADOR

### DO BANCO DE PORTUGAL

## DEU AVAL NO BCP

**CASO** Carlos Costa assinou pareceres favoráveis para a concessão de empréstimos milionários a 21 sociedades offshore que eram controladas pelo BCP

#### ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

Quando liderou a Direção Internacional do BCP, entre janeiro de 2000 e março de 2004, Carlos Costa, atual governador do Banco de Portugal (BdP), deu parecer favorável a operações de concessão de créditos a 21 offshores no valor total de mais de 857 milhões de euros.

Como diretor do BCP, Carlos Costa participou no pro-

cesso de decisão da concessão de créditos às chamadas 17 offshores Cayman e às designadas quatro offshores Goes Ferreira. Controladas pelo BCP, estas offshores foram usadas para comprar ações do próprio BCP, com o objetivo de manter estável a cotação do título.

Como as ações do BCP foram os únicos bens dados pelas offshores como garantia

do pagamento dos créditos, as operações causaram perdas elevadas ao BCP, devido à desvalorização dos títulos. O

#### COSTA DIZ QUE CONFIOU NAS ANÁLISES DOS FUNCIONÁRIOS DO BCP

BCP acabou por assumir, nos anos seguintes, as perdas de centenas de milhões de euros geradas por essas offshores.

As operações foram investigadas pelo Ministério Público, na sequência de uma queixa apresentada por Joe Berardo no final de 2007. Neste processo, foram condenados Jardim Gonçalves, Filipe Pinhal e António Rodrigues, administradores do BCP à data dos factos.

Ouvido como testemunha neste processo em 2012, quando já era governador do

Banco de Portugal, Carlos Costa justificou os seus pareceres favoráveis à concessão de empréstimos às offshores com base no princípio da confiança que tinha nas decisões tomadas pelos funcionários do BCP que o antecediam nos escalões anteriores de análise dos créditos concedidos aos clientes. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA  
DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO  
de manhã

INVESTIGAÇÃO ESCÂNDALOS FINANCEIROS

PROCESSO

# Banco de Portugal co

TRIBUNAL Carlos Costa disse, quando foi ouvido como testemunha, que desconhecia os donos das offshores POSIÇÃO Instrutor



Os empréstimos do BCP às 17 offshores Cayman e às quatro offshores Goes Ferreira geraram perdas de centenas de milhões de euros, na década de 2000

**ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA**  
 Senhor Dr. Christopher de Beck, para decisão, com o meu parecer favorável.” Foi assim que Carlos Costa comunicou ao então administrador do BCP o seu parecer positivo à concessão de créditos milionários às offshores de Goes Ferreira. Em tribunal, quando testemunhou no processo das offshores do BCP, o atual governador do Banco de Portugal (BdP) disse desconhecer quem eram os donos das offshores Cayman e das offshores de Goes Ferreira, que envolveram créditos totais de 857,2 milhões de euros. Carlos Lopes, um dos instrutores do processo efetuado então pelo BdP, disse que era convicção do BdP que Carlos Costa sabia quem eram os donos das offshores.

Carlos Costa alertou durante o seu testemunho, em 2012, para as condições e circunstâncias da época da concessão dos créditos

às offshores. Dada a polémica sobre a passagem pela administração da CGD, entre abril de 2004 e setembro de 2006, e a posição que adotou no caso das offshores do BCP, o CM tentou obter de Carlos Costa uma explicação para o motivo pelo qual desconhecia os últimos beneficiários das offshores Cayman e das offshores

**CARLOS COSTA SUBLINHA QUE NÃO FOI ALVO DE QUALQUER ACUSAÇÃO**

**EX-DIRETOR DO BANCO ATUOU NO 3º ESCALÃO DE RESPONSABILIDADES**

de Goes Ferreira. Em resposta, o BdP afirmou: “O processo relativo ao BCP é público e já foi apreciado na justiça, tendo transitado em julgado. Neste processo, o governador não foi alvo de qual-



1 Carlos Costa, ex-diretor do BCP na década de 2000 2 Christopher de Beck, ex-administrador do BCP

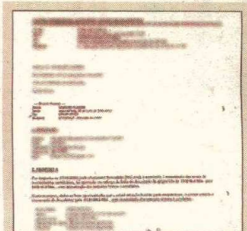
quer acusação, tendo apenas sido ouvido como testemunha.”

Quando foi ouvido nesta condição, Carlos Costa deu, segundo o acórdão do processo, a seguinte explicação: “Pese embora considere importante conhecer a identidade do cliente, sob o ponto de vista da idoneidade, não atribui caráter essencial

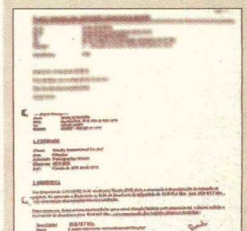
**CONHECIMENTO DO DONO DAS SOCIEDADES VALE PARA AVALIAR IDONEIDADE**

**EMPRÉSTIMOS INCLUÍRAM RENOVAÇÃO, ALTERAÇÃO E NOVOS EMPRÉSTIMOS**

a esse elemento para avaliação do risco, principalmente para quem decida no 3º escalão e, muito menos, para quem se encontra no 4º escalão.” O 3º escalão era controlado por Carlos



**PARECER** favorável de Carlos Costa foi enviado a Christopher de Beck a 29 de julho de 2002. Diz respeito ao novo limite de crédito da Sevendale: 102,2 milhões de euros.



**CARLOS COSTA** enviou a Christopher de Beck, também a 29 de julho de 2002, um parecer favorável para um novo limite de crédito à Hendry: 68,7 milhões de euros.

**PORMENORES**

**Offshores Cayman**  
 As offshores Cayman foram constituídas nas Ilhas Cayman, em 1999 e 2000. Usaram créditos do BCP para compra de ações do banco.

**Offshores Goes Ferreira**  
 José Goes Ferreira, antigo gestor do BCP, aparece associado às offshores Goes Ferreira, mas o BCP era o último beneficiário.

**Perdas disfarçadas**  
 Os prejuízos das 17 offshores Cayman foram transferidos para outras sociedades que atuavam no setor imobiliário.

**Vendas ao desbarato**  
 O BCP eliminou as perdas das offshores Goes Ferreira com provisões e a venda dos créditos dessas sociedades a terceiros, por valores residuais.

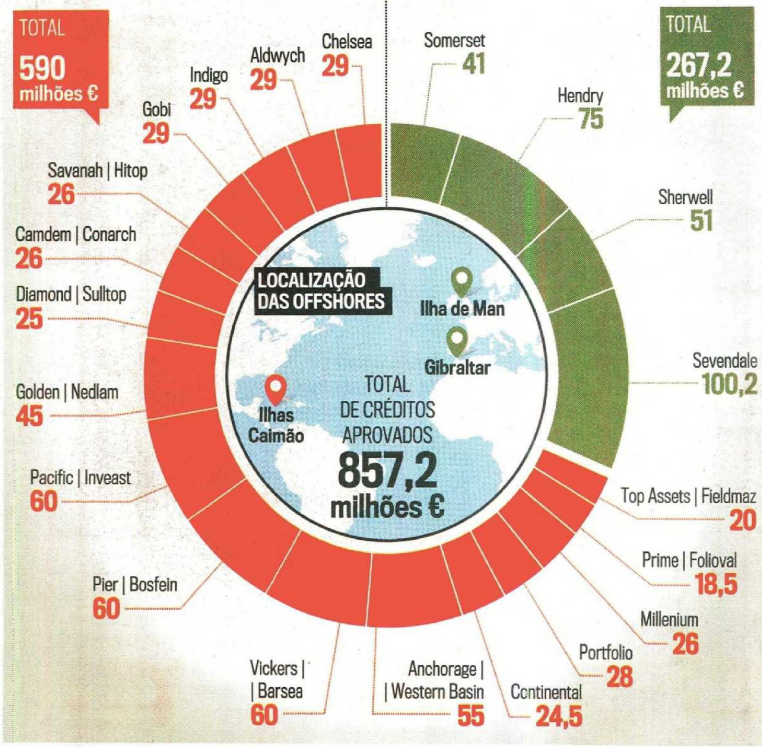
# Costa

do Banco de Portugal afirmou que todos os gestores, incluindo Costa, sabiam

**CRÉDITOS CONCEDIDOS PELO BCP A OFFSHORES ENTRE JANEIRO DE 2000 E MARÇO DE 2004**

VALORES EM MILHÕES DE EUROS

**OPERAÇÕES COM O AVAL DE CARLOS COSTA COMO DIRETOR DA DIREÇÃO INTERNACIONAL**



**NEGÓCIO**



1 Herdade do Cortiço custou 250 mil euros a Carlos Costa 2 Vara vendeu imóvel que TGV iria atravessar



## Comprou herdade a Armando Vara

**NEGÓCIO** Professor de Sócrates fez projeto de reabilitação do imóvel antes da venda, em 2007

Em julho de 2007, Carlos Costa, então vice-presidente do Banco Europeu de Investimento (BEI), comprou a Armando Vara a Herdade do Cortiço por 250 mil euros. O negócio fez-se por procuração através da CGD, onde Vara era à data administrador e de onde Costa tinha saído meses antes, mas o governador do BdP garante que não sabia quem era o dono. Pela propriedade, Vara tinha pagado 17 500 euros, em 1998. Gastou 115 mil euros para recu-

perar o imóvel, num projeto de António José Moraes, ex-professor de quatro cadeiras de José Sócrates na Universidade Independente, e nomeado por Vara para dirigir um gabinete da Administração Interna quando foi ministro da pasta. Dias depois de assinar a escritura, Costa descobriu que um troço do TGV, projeto emblemático de Sócrates e financiado pelo BEI, iria passar a 200 metros de casa. Mas veio a crise, e o TGV nunca saiu do papel. ● S.P.

Costa, como líder da Direção Internacional, e o 4º escalão era da responsabilidade de Christopher de Beck, administrador a quem Carlos Costa enviou os seus pareceres favoráveis sobre os créditos às offshores.

Sobre estas offshores, Carlos Lopes, instrutor do processo do BdP, foi categórico: "Para o BdP, não era crível que todos os escalões de concessão de crédito que intervieram não soubessem quem eram os UB [beneficiários finais] das offshores beneficiárias desses créditos, incluindo a testemunha Carlos Costa, então diretor", refere o acórdão.

Quando era diretor do BCP, o atual governador do BdP deu parecer favorável à concessão

de créditos elevados às offshores Cayman e às offshores de Goes Ferreira: no primeiro caso, 590 milhões de euros; no segundo, 267,2 milhões de euros. Entre

**ATUAL GOVERNADOR COMPAROU UM BANCO À AUTOEUROPA DE PALMELA**

**MARTA DEFENDEU QUE QUEM ASSINA TEM DE ANALISAR OS CRÉDITOS**

renovações, alterações de limite e novos créditos, todas estas operações atingiram valores entre um máximo de 100,2 mi-

lhões e um mínimo de 25 milhões de euros (ver infografia).

Para reforçar o seu testemunho, Carlos Costa afirmou: "Se quiserem, comparem um banco à Autoeuropa. Nós não podemos parar a cadeia de produção para ir ao início da linha para verificar se tudo isto foi bem feito; temos de presumir que tudo foi bem feito."

António Marta, ex-vice-governador do BdP, ouvido também como testemunha, discordou: "Acima de determinados montantes, quem está a assinar tem de analisar, mesmo que tenha confiança nos diretores que emitiram o parecer no escalão imediatamente antecedente." ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

